

Acórdão nº 9.263/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.863.2010-00-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor **Antônio Lima dos Santos**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Irregularidade. Condenação. Aplicação de multa. Instauração de Tomada de Contas Especial. Notificação ao atual gestor. Encaminhamento do apurado ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, com fulcro nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade do Senhor **Antônio Lima dos Santos**, presidente da Mesa Diretora à época, em face das impropriedades apuradas pela 2ª IGCE (fls. 51/62), quais sejam: **a) não confirmação** do saldo que se transfere para o exercício seguinte; **b) ausência** da documentação para verificação da legalidade dos valores pagos a título de subsídio aos Vereadores; e **c) não encaminhamento** do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis; **2) condenar** o Senhor **Antônio Lima dos Santos** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Santa Rosa do Purus, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente atualizado nos termos do art. 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, o montante de **R\$ 2.104,07** (dois mil, cento e quatro reais e sete centavos), em razão da ausência de confirmação da disponibilidade financeira transferida para o exercício seguinte; **3) aplicar multa**, com fundamento no art. 88 da LCE nº 38/1993, ao Senhor **Antônio Lima dos Santos**, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** do montante a ser devolvido, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Santa Rosa do Purus, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **4) Instaurar Tomada de Contas Especial**, nos termos do art. 44 da LCE nº 38/1993, para fins de apuração da legalidade dos valores pagos, a título de subsídios, aos vereadores no período enfocado; **5) notificar** o atual **Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus**, para tomar ciência do apurado, a fim de que as impropriedades apuradas não se repitam nas futuras edições da matéria; e **6) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante da realização de despesas não autorizadas em lei, caracterizada pela divergência apurada entre o valor do orçamento fixado na Lei Orçamentária Anual e a dotação disponível para a

(Acórdão nº 9.263/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

Câmara Municipal (fls. 51/53), incorrendo, assim, no crime capitulado no artigo 359-D do Código Penal (“*Ordenar despesa não autorizada por lei*”). Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 27 de agosto de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC